

# Autopista Litoral Sul S.A.

## **Demonstrações Financeiras Anuais Completas**

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



# **Autopista Litoral Sul S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Autopista Litoral Sul S.A  
Joinville - SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos a seguir e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### *Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio*

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias

manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (TAG) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

#### *Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável*

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 91% do total do ativo. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Sociedade, que está em fase inicial do contrato de concessão, e que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial àquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Examinamos também a adequação das divulgações da Sociedade, incluindo as premissas às quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 "Concessões" que evidencia a natureza da concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 10 "Intangível", que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

#### *Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos*

A Sociedade possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais saldos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados podem ser realizados. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria porque o processo de avaliação da realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas fiscais. Avaliamos se estas estimativas justificam uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas 4 "principais práticas contábeis" e 7 "Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos" sobre os impostos diferidos reconhecidos.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.  
Contador  
CRC nº 1 SP 253932/O-4

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.335	14.188	Empréstimos e financiamentos	12	54.795	37.898
Contas a receber	6	12.463	12.939	Contas a pagar - partes relacionadas	14	251.809	49.429
Contas a receber - partes relacionadas	14	2.431	-	Fornecedores	13	44.476	22.449
Impostos a recuperar		4.907	5.768	Obrigações sociais		7.579	7.296
Despesas antecipadas		3.635	3.942	Obrigações fiscais		12.806	3.378
Outros créditos		1.209	986	Cauções contratuais	13	16.230	12.057
Total do ativo circulante		63.980	37.823	Taxa de fiscalização		913	824
				Sinistros recebidos		798	2.536
NÃO CIRCULANTE				Provisão para manutenção em rodovias	16	19.098	-
Aplicações financeiras vinculadas	8	22.757	17.357	Provisão para investimentos em rodovias	16	23.595	14.520
Contas a receber	6	220	220	Outras contas a pagar		4.335	3.396
Despesas antecipadas		4.209	-	Total do passivo circulante		436.434	153.783
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	33.916	10.757				
Depósitos judiciais	16	70.314	61.780	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	2.148	1.907	Empréstimos e financiamentos	12	550.689	516.416
Intangível	10	2.041.627	1.619.445	Contas a pagar - partes relacionadas	14	500.280	611.245
Diferido	11	6.183	8.953	Provisão para manutenção em rodovias	16	60.121	63.506
Total do ativo não circulante		2.181.374	1.720.419	Provisão para investimentos em rodovias	16	-	25.144
				Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	16	7.405	905
				Outras contas a pagar		-	2.778
				Total do passivo não circulante		1.118.495	1.219.994
				Total do passivo		1.554.929	1.373.777
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	739.996	388.996
				Prejuízos acumulados		(49.571)	(4.531)
				Total do patrimônio líquido		690.425	384.465
TOTAL DO ATIVO		2.245.354	1.758.242	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.245.354	1.758.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	689.611	480.886
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(625.628)	(439.845)
LUCRO BRUTO		<u>63.983</u>	<u>41.041</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(31.100)	(26.789)
Remuneração da Administração	14	(1.868)	(1.767)
Tributárias		(24)	(241)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>50</u>	<u>24</u>
		<u>(32.942)</u>	<u>(28.773)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>31.041</u>	<u>12.268</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	5.211	8.346
Despesas financeiras	20	<u>(104.451)</u>	<u>(84.711)</u>
		<u>(99.240)</u>	<u>(76.365)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(68.199)</u>	<u>(64.097)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	-	(629)
Diferidos	7	23.159	22.434
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(45.040)</u>	<u>(42.292)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	22	<u>(0,0874)</u>	<u>(0,1522)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA  
O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(45.040)	(42.292)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(45.040)</u>	<u>(42.292)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2015		303.996	-	303.996	2.490	35.271	-	341.757
Prejuízo do exercício				-	-	-	(42.292)	(42.292)
Aumento de capital		85.000	-	85.000	-	-	-	85.000
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		-	-	-	(2.490)	(35.271)	37.761	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		388.996	-	388.996	-	-	(4.531)	384.465
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(45.040)	(45.040)
Aumento de capital	17	393.000	(42.000)	351.000	-	-	-	351.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		781.996	(42.000)	739.996	-	-	(49.571)	690.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO  
 FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(45.040)	(42.292)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	68.229	57.316
Baixa de ativos permanentes	9 e 10	4.889	12.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(23.159)	(22.434)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(2.560)	(2.027)
Juros e variações monetárias sobre mútuos		63.105	59.650
Juros e variações monetárias de empréstimos		36.588	16.835
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	1.054	5.189
Constituição de provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	7.101	(200)
Constituição de provisão para manutenção	19	11.480	13.448
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		476	5.392
Contas a receber - partes relacionadas		(2.431)	533
Estoques		-	536
Despesas antecipadas		(3.902)	(1.993)
Impostos a recuperar		(3.942)	(514)
Outros créditos		(223)	1.282
Depósitos judiciais		-	(3.218)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(8.320)	(11.544)
Fornecedores - partes relacionadas		744	(181)
Cauções contratuais de fornecedores		(3.193)	(1.091)
Obrigações sociais		283	941
Obrigações fiscais		1.781	3
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(632)
Sinistros recebidos		(1.738)	-
Outras contas a pagar		(1.046)	(10.086)
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios		(601)	(112)
Pagamento de juros		(55.815)	(58.249)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		43.760	18.978
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	9	(714)	(532)
Aquisições de itens do intangível	10 e 21	(409.788)	(333.329)
Aplicação financeira vinculada		(7.489)	(6.148)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		4.252	7.603
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(413.739)	(332.406)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Captações de empréstimos e financiamentos		82.067	84.404
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(41.424)	(29.171)
Risco sacado		3.483	-
Pagamento de debêntures - principal		-	(26.100)
Captações de empréstimos - empresas ligadas		-	232.517
Pagamentos de principal - empresas ligadas		-	(50.000)
Aumento de capital	17	351.000	85.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		395.126	296.650
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>25.147</b>	<b>(16.778)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		<b>14.188</b>	<b>30.966</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b>		<b>39.335</b>	<b>14.188</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
<b>RECEITAS</b>			
Prestação de serviços	18	263.932	223.440
Receita dos serviços de construção	18	447.060	273.726
Outras receitas		4.063	3.532
		<u>715.055</u>	<u>500.698</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Custo dos serviços prestados		(46.556)	(48.021)
Custo dos serviços de construção	19	(447.060)	(273.726)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.263)	(5.829)
Custo da concessão		(16.280)	(13.837)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	19	(11.480)	(13.448)
Outros		(13.642)	(19.289)
		<u>(556.281)</u>	<u>(374.150)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<u>158.774</u>	<u>126.548</u>
<b>DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	19	(68.229)	(57.316)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>		<u>90.545</u>	<u>69.232</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas financeiras	20	5.211	8.346
Juros capitalizados	21	57.111	46.425
		<u>62.322</u>	<u>54.771</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<u>152.867</u>	<u>124.003</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
<b>Pessoal e encargos:</b>			
Remuneração direta		26.410	27.486
Benefícios		6.407	6.010
FGTS		1.932	1.752
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>			
Federais		(11.225)	(12.544)
Estaduais		1	-
Municipais		13.391	11.355
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>			
Juros		36.634	16.835
Juros capitalizados		17.308	28.370
Aluguéis		1.389	2.554
Outras		2.752	6.772
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>			
Juros		63.105	59.650
Juros capitalizados sobre mútuos		39.803	18.055
Prejuízo do exercício		(45.040)	(42.292)
		<u>152.867</u>	<u>124.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont nº 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$372.454 (R\$115.960 em 31 de dezembro de 2015).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2017.

## 2. CONCESSÕES

A Autopista Litoral Sul é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$102.784 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$502.797 (R\$526.998 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$469.926 (R\$580.983 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$1.705.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta – (“TAC”), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$51,5 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já estão em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social



diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

#### Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

#### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de

gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

### 4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

#### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 compreendem contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 14).

#### Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados

ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 8).

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

#### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12).

#### Outros passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

### 4.2 Imobilizado

#### a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

#### b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

### 4.3 Ativo intangível

#### Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que

esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

#### 4.4 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 4.5 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

#### 4.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens

não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

#### 4.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

##### a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40 % ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

##### b) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40 % ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A

determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

#### c) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

#### 4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 4.9 Reconhecimento de receita

##### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

##### Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

#### 4.10 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.11 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

#### 4.12 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 4.13 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(1)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(1)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(2)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;  
(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e

modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações fossem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	3.920	2.207
Aplicações financeiras (*)	<u>35.415</u>	<u>11.981</u>
Total	<u><u>39.335</u></u>	<u><u>14.188</u></u>

(\*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,52% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>		<u>31.12.2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	11.065	-	11.746	-
Cupons de pedágio a receber	249	-	120	-
Cartões de pedágio a receber	1.039	-	1.030	-
Receitas acessórias a receber	110	-	43	-
Outras receitas a receber	-	220	-	220
Total	<u><u>12.463</u></u>	<u><u>220</u></u>	<u><u>12.939</u></u>	<u><u>220</u></u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 24 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.



## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(68.199)	(64.097)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	23.188	21.793
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças temporárias	(29)	12
Total	<u>23.159</u>	<u>21.805</u>
Crédito contabilizado	23.159	21.805
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(629)
Diferido	23.159	22.434
	<u>23.159</u>	<u>21.805</u>

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	110.388	66.814
Provisão de participação nos lucros	2.972	1.758
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	7.405	905
Outras Provisões	1.546	942
Provisão para manutenção de rodovias	79.219	63.506
Amortização acumulada de obras futuras	(6.606)	(4.002)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	6.655	9.684
Ajuste dos encargos financeiros (financiamentos)	(61)	-
Base de cálculo ativa	201.518	139.607
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>68.516</u>	<u>47.466</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	12.414	6.204
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(6)	-
Base de cálculo passiva	(101.765)	(107.969)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(34.600)</u>	<u>(36.709)</u>
Base de cálculo	<u>99.753</u>	<u>31.638</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>33.916</u>	<u>10.757</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2018	3.411
2019	3.550
2020	3.696
Após 2021	<u>57.859</u>
	<u><u>68.516</u></u>

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

### BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R\$22.757 (R\$ 17.357 em 31 de dezembro de 2015), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,53% da variação do CDI.

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2014	930	565	69	1.011	568	1.070	348	4.561
Adições	35	96	-	167	226	8	-	532
Transferências/Reclassificações	(3)	22	-	(954)	511	(749)	(348)	(1.521)
Saldo em 31.12.2015	962	683	69	224	1.305	329	-	3.572
Adições	32	34	530	78	40	-	-	714
Transferências/Reclassificações	-	-	27	-	-	-	-	27
Alienações/baixas	-	(5)	(25)	-	(3)	-	-	(33)
Saldo em 31.12.2016	994	712	601	302	1.342	329	-	4.280
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2014	(404)	(259)	(69)	(122)	(76)	(487)	-	(1.417)
Depreciações	(86)	(108)	(4)	(31)	(105)	(25)	-	(359)
Transferências/Reclassificações	(2)	7	4	53	(400)	449	-	111
Saldo em 31.12.2015	(492)	(360)	(69)	(100)	(581)	(63)	-	(1.665)
Depreciações	(83)	(102)	(99)	(36)	(115)	(33)	-	(468)
Alienações/baixas	-	-	-	-	1	-	-	1
Saldo em 31.12.2016	(575)	(462)	(168)	(136)	(695)	(96)	-	(2.132)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2015	470	323	-	124	724	266	-	1.907
Saldo em 31.12.2016	419	250	433	166	647	233	-	2.148
Taxas de depreciação - a.a.	9%	20%	20%	13%	12%	17%	-	-

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2014	993.337	3.963	437.348	439	1.435.087
Adições	78.511	856	253.805	(195)	332.977
Transferências/Reclassificações	37.725	(87)	(36.117)	-	1.521
Alienações/baixas	(9.890)	-	(2.536)	-	(12.426)
Saldo em 31.12.2015	1.099.683	4.732	652.500	244	1.757.159
Adições	111.657	1.449	330.320	48.631	492.057
Transferências/Reclassificações	259.145	-	(210.389)	(48.631)	125
Alienações/baixas	(4.035)	-	(821)	-	(4.856)
Saldo em 31.12.2016	1.466.450	6.181	771.610	244	2.244.485
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(80.459)	(2.957)	-	-	(83.416)
Amortizações	(53.951)	(236)	-	-	(54.187)
Transferências/Reclassificações	67	(178)	-	-	(111)
Saldo em 31.12.2015	(134.343)	(3.371)	-	-	(137.714)
Amortizações	(64.378)	(614)	-	-	(64.992)
Transferências/Reclassificações	(69)	(83)	-	-	(152)
Saldo em 31.12.2016	(198.790)	(4.068)	-	-	(202.858)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	965.340	1.361	652.500	244	1.619.445
Saldo em 31.12.2016	1.267.660	2.113	771.610	244	2.041.627
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a construção do Contorno de Florianópolis.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade capitalizou o montante de R\$57.111 (R\$46.425 em 31 de dezembro de 2015) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 10,23% ao ano e 8,59% ao ano em 2015.

## 11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(21.268)</u>	<u>(18.498)</u>
	<u>6.183</u>	<u>8.953</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>		<u>31.12.2015</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	52.487	557.814	38.525	522.865
Risco sacado (b)	3.483	-	-	-
	<u>55.970</u>	<u>557.814</u>	<u>38.525</u>	<u>522.865</u>
Custo de transação	(1.175)	(7.125)	(627)	(6.449)
	<u>54.795</u>	<u>550.689</u>	<u>37.898</u>	<u>516.416</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Sociedade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2016	31.12.2015
(a)	Real	BNDES	Litoral Sul	TJLP + 2,32% a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	610.301	561.390
(b)	Real	Risco Sacado	Litoral Sul	1,33% a.m.	Até 60 dias	N/A	<u>3.483</u> 613.784	<u>-</u> 561.390

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$3.483 refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos

emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	54.696
2019	59.238
2020	64.159
2021	69.488
A partir de 2022	310.233
	<u>557.814</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

#### 13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de R\$44.476 (R\$22.449 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$16.230 (R\$12.057 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

#### 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:



<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	4	-
<u>Coligadas</u>		
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias (c)	2.427	-
Total	<u>2.431</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	-	47.319
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	247.733	-
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	738	930
<u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Centrovias S.A. (a)	1	-
Planalto Sul S.A. (a)	-	7
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.337	1.173
Total	<u>251.809</u>	<u>49.429</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	500.280	392.985
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	-	218.260
Total	<u>500.280</u>	<u>611.245</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.12.2016</u>			<u>31.12.2015</u>		
	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas financeiras (d)/(e)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas financeiras (d)/(e)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(102.908)	(7.162)	-	(59.650)	(6.070)
<u>Coligadas</u>						
Centrovias S.A.	-	-	(2)	-	-	-
Planalto Sul S.A.	-	-	(4)	-	-	-
Fluminense S.A.	-	-	(1)	-	-	-
Régis Bittencourt S.A.	-	-	(55)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	(441)	(224)	-	-
Total	<u>-</u>	<u>(102.908)</u>	<u>(7.665)</u>	<u>(224)</u>	<u>(59.650)</u>	<u>(6.070)</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo. Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Refere-se ao adiantamento efetuado para a Latina Manutenção de Rodovias, com a finalidade de produzir materiais pétreos para a obra do Contorno Florianópolis.
- (d) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread de 1,4% ao ano para 2ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e juros respectivamente em 31 de março de 2017, 28 de abril de 2017, 3 de julho de 2017 e 19 de agosto de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.03.2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	7.287	30.000	2.865
28.04.2015	28.04.2017	CDI + 1,50% a.a.	122.518	28.144	122.518	10.189
03.07.2015	03.07.2017	CDI + 1,50% a.a.	20.000	4.152	20.000	1.281
19.08.2015	19.08.2017	CDI + 1,50% a.a.	30.000	5.632	30.000	1.407
			<u>202.518</u>	<u>45.215</u>	<u>202.518</u>	<u>15.742</u>

- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.354	4.000	3.383
17.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.443	5.000	4.229
25.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.177	2.000	1.691
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.709	8.000	6.766
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	6.532	6.000	5.074
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	10.886	10.000	8.456
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	10.886	10.000	8.456
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.443	5.000	4.229
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	17.000	18.506	17.000	14.376
10.06.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	15.000	7.320	15.000	4.585
10.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	30.000	13.710	30.000	8.352
08.10.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	35.000	15.668	35.000	9.455
24.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	15.881	40.000	9.147
05.03.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	25.000	9.567	25.000	5.401
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	11.194	30.000	6.226
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	35.000	12.586	35.000	6.847
20.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	20.000	6.883	20.000	3.639
02.03.2015	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	7.535	30.000	2.992
			<u>327.000</u>	<u>173.280</u>	<u>327.000</u>	<u>113.304</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.140 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$728 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$1.868 (R\$1.767 em 31 de dezembro

de 2015), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2016, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

## 15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.972 e R\$2.971.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

## 16. PROVISÕES

### Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2016</u>
Cíveis	619	996	(719)	(523)	373
Trabalhistas	286	185	(8)	(78)	385
Regulatórios (*)	-	6.647	-	-	6.647
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>7.828</b>	<b>(727)</b>	<b>(601)</b>	<b>7.405</b>

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	1.047	113	(429)	(112)	619
Trabalhistas	170	180	(64)	-	286
<b>Total</b>	<b>1.217</b>	<b>293</b>	<b>(493)</b>	<b>(112)</b>	<b>905</b>

(\*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$6.647. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$7.520.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$1.349 em 31 de dezembro de 2016 (R\$942 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais no montante de R\$70.314 em 31 de dezembro de 2016 (R\$61.780 em 31 de dezembro de 2015) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível. O aumento em relação a 31 de dezembro de 2015 refere-se basicamente a indenizações para desapropriação de obras na faixa de domínio previstas no contrato de concessão. Este saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e autos de infrações impostos pela ANTT.

#### Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	14.520	-	25.144	63.506
Adições/Reversões (a)	(38)	-	(12.962)	11.480
Utilizações	(41)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(2.490)	-	(538)	4.233
Transferências	11.644	19.098	(11.644)	(19.098)
Saldo em 31.12.2016	<u>23.595</u>	<u>19.098</u>	<u>-</u>	<u>60.121</u>

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	
Saldos em 31.12.2014	14.563	22.970	47.044	
Adições/Reversões	-	-	13.448	
Utilizações	(45)	-	-	
Ajuste a valor presente	2	2.174	3.014	
Saldos em 31.12.2015	<u>14.520</u>	<u>25.144</u>	<u>63.506</u>	

(a) Refere-se à reversão de provisão dos investimentos futuros em sistema de pesagem móvel, conforme ofício expedido pela ANTT número 408/2016/GEINV/SUINF de 04 de abril de 2016, contendo o parecer técnico número 66/2016/GEINV/SUINF.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 é de R\$781.996, compostos por 680.871.466 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$739.996 que representam 642.689.648 ações. Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado era de R\$388.996 composto por 326.892.720 ações ordinárias e sem valor nominal

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
05.01.2016	AGE	Dinheiro	4.166.667	5.000	5.000
20.01.2016	AGE	Dinheiro	12.908.778	15.000	15.000
05.02.2016	AGE	Dinheiro	4.310.345	5.000	5.000
22.02.2016	AGE	Dinheiro	13.043.478	15.000	15.000
07.03.2016	AGE	Dinheiro	6.914.434	8.000	8.000
21.03.2016	AGE	Dinheiro	17.669.115	20.000	20.000
05.04.2016	AGE	Dinheiro	9.259.259	10.000	10.000
20.04.2016	AGE	Dinheiro	4.452.360	5.000	5.000
20.06.2016	AGE	Dinheiro	17.699.115	20.000	20.000
05.07.2016	AGE	Dinheiro	4.464.286	5.000	5.000
20.07.2016 (*)	AGE	Dinheiro	259.090.909	285.000	243.000
			<u>353.978.746</u>	<u>393.000</u>	<u>351.000</u>

(\*) Em 20 de julho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$285.000, mediante a emissão de 259.090.909 novas

ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$243.000 em dinheiro até 31 de dezembro de 2016, e o valor restante de R\$42.000 será integralizado em até oito meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receita de serviços prestados	263.932	223.440
Receita de serviços de construção	447.060	273.726
Outras receitas	4.013	3.532
	<u>715.005</u>	<u>500.698</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receita bruta	715.005	500.698
ISSQN	(13.355)	(11.355)
PIS	(1.771)	(1.507)
COFINS	(8.174)	(6.949)
Outras deduções	(2.094)	(1)
Receita líquida	<u>689.611</u>	<u>480.886</u>

## 19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas:		
Com pessoal	(11.497)	(12.610)
Serviços de terceiros	(4.808)	(5.685)
Manutenção de bens e conservação	(505)	(149)
Depreciação / Amortização	(1.174)	(865)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(7.101)	200
Comunicação e marketing	(1.116)	(1.829)
Seguros/Garantias	(16)	(19)
Consumo	(1.489)	(1.690)
Transportes	(584)	(800)
Despesas com aluguel	(1.067)	(1.027)
Outros	(1.743)	(2.315)
Total	<u>(31.100)</u>	<u>(26.789)</u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(447.060)	(273.726)
Com pessoal	(21.386)	(21.146)
Serviços de terceiros	(32.877)	(29.431)
Conservação	(13.724)	(12.120)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(4.299)	(3.138)
Consumo	(5.940)	(5.938)
Transportes	(4.560)	(5.157)
Verba de Fiscalização	(10.798)	(9.793)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.083)	(968)
Seguros / Garantias	(3.216)	(2.945)
Provisão de manutenção em rodovias	(11.480)	(13.448)
Depreciação / Amortização	(67.055)	(56.450)
Outros	(2.150)	(5.585)
Total	<u>(625.628)</u>	<u>(439.845)</u>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	4.759	4.435
Outras receitas	<u>452</u>	<u>3.911</u>
Total	<u><u>5.211</u></u>	<u><u>8.346</u></u>
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(99.693)	(76.485)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.054)	(5.189)
Outras despesas	<u>(3.704)</u>	<u>(3.037)</u>
Total	<u><u>(104.451)</u></u>	<u><u>(84.711)</u></u>

## 21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	49.774	34.383
Juros capitalizados	57.111	46.425
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(24.616)	(81.160)

## 22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.



	31.12.2016	31.12.2015
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(45.040)	(42.292)
Número de ações durante exercício	515.247	277.827
Prejuízo por ação	<u>(0,0874)</u>	<u>(0,1522)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2016			31.12.2015		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	-	3.920	-	-	2.207	-
Partes relacionadas	Nível 2	2.431	-	-	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	12.683	-	-	13.159	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	22.757	-	-	17.357	-
Outras contas a receber	Nível 2	1.209	-	-	986	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	-	60.706	-	-	34.506
Fornecedores - Risco sacado	Nível 2	-	-	3.483	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	610.301	-	-	554.314
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	752.089	-	-	660.674
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	-	913	-	-	824
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	4.335	-	-	6.174
		<u>16.323</u>	<u>26.677</u>	<u>1.431.827</u>	<u>14.145</u>	<u>19.564</u>	<u>1.256.492</u>

CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

### Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

### Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

### Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

## 24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,00%	12,50%	15,00%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(65.981)	(82.396)	(98.782)
Receita de aplicações financeiras	5.875	7.344	8.813
Juros a incorrer líquido(*)	(60.106)	(75.052)	(89.969)
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(45.624)	(57.030)	(68.435)
Juros a incorrer líquido(*)	(45.624)	(57.030)	(68.435)
Juros a incorrer (*)	<u>(105.730)</u>	<u>(132.082)</u>	<u>(158.404)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$11.065 (R\$11.746 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que

os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
BNDES Automático	9,82%	96.521	96.591	96.591	96.591	453.039	839.333
		<u>96.521</u>	<u>96.591</u>	<u>96.591</u>	<u>96.591</u>	<u>453.039</u>	<u>839.333</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2017	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	Total
BNDES Automático	9,82%	24.101	24.140	24.140	24.140	96.521
		<u>24.101</u>	<u>24.140</u>	<u>24.140</u>	<u>24.140</u>	<u>96.521</u>

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	19.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	125.687

(\*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$61.481.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado
10.02.2017	AGE	12.322.275	13.000	13.000
20.02.2017	AGE	52.132.701	55.000	11.000
			68.000	24.000

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
05.01.2017	AGE	2.000
20.01.2017	AGE	28.000
06.02.2017	AGE	12.000
06.03.2017	AGE	9.000
		51.000

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DA AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia” ou “Litoral Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

**CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 358,6 quilômetros, que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Praça de pedágio de São José dos Pinhais – P1	Km 637+600 BR 376	2,30
Praça de pedágio de Garuva – P2	Km 001+350 BR 101	2,30
Praça de pedágio de Araquari – P3	Km 079+400 BR 101	2,30
Praça de pedágio de Porto Belo – P4	Km 159+000 BR 101	2,30
Praça de pedágio de Palhoça – P5	Km 243+000 BR 101	2,30

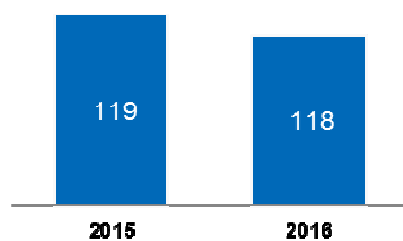
## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou R\$118 milhões de veículos equivalentes em 2016, uma queda de 1,6% quando comparado ao exercício anterior. Essa redução é reflexo da desaceleração da economia, isenção da cobrança dos eixos suspensos e aumento nas evasões de pedágio.

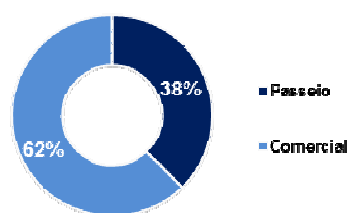
#### Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (milhões)



#### Composição do Tráfego

Ano 2016

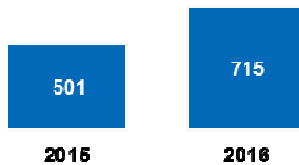


### Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$715 milhões em 2016, um aumento de 42,8% em relação aos R\$501 milhões registrados em 2015.

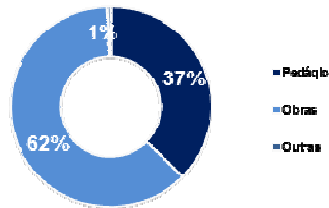
**Receita Bruta**

(R\$ milhões)



**Composição da Receita Bruta**

Ano 2016



A receita de pedágio cresceu 18%, passando de R\$223,4 milhões em 2015 para R\$263,9 milhões em 2016. A variação é principalmente referente ao reajuste tarifário que ocorreu em fevereiro/2016, onde a tarifa passou de R\$1,90 para R\$2,30.

A receita de obras cresceu R\$173,3 milhões (63,3%), passando de R\$273,7 milhões em 2015 para R\$447 milhões em 2016. No período houve um elevado número de processos de desapropriações. O andamento do Contorno de Florianópolis, principal obra em execução, bem como o cumprimento de 10 Trevos nas rodovias BR 376/PR e BR 101/SC, colaboraram significativamente para o acréscimo.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$4 milhões em 2016.

No ano de 2016, a Companhia obteve receita líquida de R\$689,6 milhões, um crescimento de R\$208,7 milhões com relação ao ano de 2015.



**Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)**

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Custo dos serviços de construção	(447,1)	(273,7)	63,3%
Serviços de terceiros	(37,7)	(35,1)	7,3%
Pessoal	(32,9)	(34,3)	-4,1%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(11,5)	(13,4)	-14,6%
Conservação	(13,7)	(12,1)	13,8%
Verba de fiscalização	(10,8)	(9,8)	10,3%
Seguros e garantias	(3,2)	(3,0)	9,6%
Remuneração da Administração	(1,9)	(1,3)	42,1%
Consumo	(7,4)	(7,6)	-2,9%
Outros	(24,2)	(20,9)	15,4%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(590,3)</b>	<b>(411,3)</b>	<b>43,5%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um aumento de 43,5% em 2016 em comparação ao exercício de 2015. A variação é justificada principalmente pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- O custo de obras apresentou um acréscimo de R\$173,3 milhões devido às obras do Contorno de Florianópolis e das execuções de 10 Trevos nas rodovias BR 376/PR e BR 101/SC. Outro fator que impactou muito esse acréscimo foi o volume de desapropriações realizadas no exercício de 2016, o que provocou um volume auto de pagamentos.
- Nos serviços de terceiros houve reajuste dos contratos de prestação de serviço, onde a maioria dos contratos é reajustada pelo IPCA.
- Para “Conservação” ocorreu um reequilíbrio dos contratos de conservação rodoviária, esse se deu devido à reivindicações das empresas contratadas mediante a crise financeira do país. Após análise do setor de compras da Holding, foi aprovado um incremento para o ano nos contratos de conservação.
- Na rubrica “Outros” a variação mais relevante refere-se à provisão para contingências, onde os processos com a Agência Regulatória tiveram revisão dos prognósticos e passaram a ser considerados como provável de perda a partir do 3T16.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receita líquida	689,6	480,9	43,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(590,3)	(411,3)	43,5%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>99,3</b>	<b>69,6</b>	<b>42,7%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	11,5	13,4	-14,6%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>110,7</b>	<b>83,0</b>	<b>33,4%</b>

<sup>1</sup> EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2016 em R\$110,7 milhões, uma variação positiva em relação ao ano anterior. O reajuste da tarifa foi responsável pelo crescimento da receita. Ocorreu também à reversão na provisão para manutenção de rodovias e, mesmo com o aumento dos custos e despesas (já mencionados acima), verificou-se um acréscimo de 33,4%.

### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receitas Financeiras	5,2	8,3	-37,6%
Despesas Financeiras	(104,5)	(84,7)	23,3%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(99,2)</b>	<b>(76,4)</b>	<b>30,0%</b>

O resultado financeiro líquido de 2016 foi negativo em R\$99,2 milhões, um percentual de 30% maior comparado ao ano de 2015.

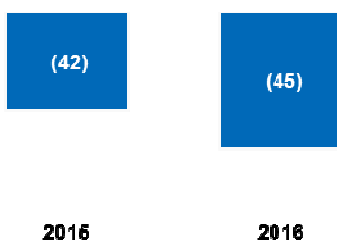
Em 2016 as receitas financeiras apresentaram uma queda de R\$3,1 milhões em relação ao ano anterior, que correspondeu a R\$5,2 milhões. A variação deve-se pela não atualização financeira dos depósitos judiciais, fato esse que era registrado em 2015.

As despesas financeiras aumentaram de R\$19,8 milhões, o que significa 23,3%, em consequência de novas captações do contrato de financiamento junto ao BNDES e novas contratações de empréstimos junto a Controladora.

### Prejuízo Líquido

No exercício de 2016 a companhia encerrou sem lucro líquido, assim como no de 2015. Os principais fatores que contribuíram foram os já mencionados acima, como a retração no cenário econômico, o que provocou uma redução no tráfego e consequentemente afeta a receita de pedágio; o aumento das despesas operacionais e financeiras (maiores taxas de juros); a evolução nas obras do Contorno juntamente com o grande volume nos pagamentos das desapropriações.

Prejuízo Líquido(R\$ milhões)



### Endividamento

R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>605,5</b>	<b>554,3</b>	<b>9,2%</b>
Curto Prazo	54,8	37,9	44,6%
Longo Prazo	550,7	516,4	6,6%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	62,1	31,5	97,1%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>543,4</b>	<b>522,8</b>	<b>3,9%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento bruto totalizava R\$605,5 milhões, apresentando aumento de R\$ 51,2 milhões (9,2%) em relação ao ano anterior. O avanço da dívida bruta resulta da captação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2016 em R\$543,4 milhões, apresentando aumento de R\$20,6 milhões em relação ao montante de R\$522,8 milhões registrado no encerramento do exercício de 2015. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado, ficou em 5 vezes.

## INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$409,8 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) Execução de Passarelas sobre Pista Dupla; (ii) Implantação de Ruas Laterais; (iii) Implantação de terceiras faixas; (iv) Implantação de Trevos e Viadutos; (vi) Construção do Contorno de Florianópolis; (vii) Alargamento e Reforço de pontes ao longo da Rodovia, Recuperação de pavimentos e de sinistros.

## RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2016	2015
Empregos Diretos	696	690
Rotatividade	2,90%	8,08%

No que concerne à diversidade, a Autopista Litoral Sul apresenta uma participação majoritária de 51,29% de mulheres, contra 48,71% de homens. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 58,91% dos profissionais. Vale mencionar que 10,2% possuem superior completo.

Ao longo de 2016, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. As atividades envolveram uma média de 31,90 horas de treinamento por profissional.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

### **Sustentabilidade**

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo.

A Arteris possui ações em seis áreas:

#### **Segurança**

Com a meta de reduzir em 50% o total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020, a Arteris reforça constantemente as ações relativas à segurança viária. A Arteris criou o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), responsável por estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias. Desde setembro de 2014, a companhia realiza o Mês da Segurança Arteris, ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias.

#### **Educação**

A educação e a humanização do trânsito são prioridade na atuação da Arteris. Pensando nisso, a companhia criou o Projeto Escola, que há 15 anos desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública relacionadas à segurança no trânsito. A iniciativa foi vencedora do Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito em 2016. A mesma estratégia é aplicada para educadores e educandos com temas relacionados à questão ambiental por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações como a Passarela Viva, Viva Pedestre, Viva Ciclista, Viva Motociclista, Viva Seguro – que promove mensagens de segurança em empresas lindeiras – e, desde 2016, o Viva Comunidade, que leva para as cidades os programas sociais já desenvolvidos em nossas rodovias, além de outros voltados à sustentabilidade, saúde e bem estar. No ano passado a empresa também criou o “Tô de Cinto, Tô Seguro”, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público de longa distância.

#### **Saúde**

O Programa Saúde na Boleia já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

### **Meio Ambiente**

A Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta área. A companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

### **Projetos culturais, sociais e esportivos**

A fim de promover cultura, esporte e saúde às cidades e municípios onde a Arteris atua também faz parte das estratégias da companhia o apoio a projetos locais por intermédio do incentivo fiscal.

Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar cultura e esporte a pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pela empresa em parceria com o Instituto Tomie Ohtake. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival ChorandoSemParar, Natal Luz de Lages/SC, Meia Maratona Rio Maфра, Projeto Kimono de Ouro de Araras/SP, Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

### **Voluntariado**

O programa de voluntariado empresarial oferece aos colaboradores do grupo Arteris a possibilidade de participarem de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da companhia, agregando assim, valor ao negócio. O Programa Voluntários tem como objetivo construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os colaboradores, comunidade e empresa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o

conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

#### **Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do Auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

#### **Diretoria**

*Paulo Mendes Castro*

Diretor Superintendente

*Juan Gabriel Lopez Moreno*

Diretor Econômico Financeiro/

Diretor de Relações com Investidores

*Maria de Castro Michelin*

Diretora Jurídica

#### **Conselho de Administração**

*David Antonio Díaz Almazán*

Conselheiro

*Marta Casas Caba*

Conselheira

*Marcos Pinto Almeida*

Conselheiro

#### **Contador**

*Adriano Pelek*

CRC – PR 048770/0-0